



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
CAMPUS DO SERTÃO/DELMIRO GOUVEIA-AL
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

NATÁLIA SANTOS

**TERRITÓRIO USADO E CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA: UMA ANÁLISE
ESPACIAL À LUZ DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA TAPERA NO SERTÃO DE
ALAGOAS**

DELMIRO GOUVEIA- AL

2023

NATÁLIA SANTOS

**TERRITÓRIO USADO E CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA: UMA ANÁLISE
ESPACIAL À LUZ DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA TAPERA NO SERTÃO DE
ALAGOAS**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
apresentada ao Curso de Geografia da
Universidade Federal de Alagoas, Campus do
Sertão, como requisito para a obtenção do título de
Graduado em Geografia - Licenciatura.

Orientador: Prof. Dr. José Alegnoberto Leite
Fechine.

DELMIRO GOUVEIA- AL

2023

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2209

S237t Santos, Natália

Território usado e circuitos da economia urbana: uma análise espacial à luz do município de São José da Tapera no sertão de Alagoas / Natália Santos. - 2023.

49 f. : il.

Orientação: José Alegn Roberto Leite Fechine.

Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de Geografia. Delmiro Gouveia, 2023.

1. Território. 2. Geografia urbana. 3. Economia urbana.
4. Feira livre. 5. São José da Tapera – Alagoas. I. Fechine, José Alegn Roberto Leite. II. Título.

CDU: 911.3

FOLHA DE APROVAÇÃO

AUTOR(A): NATÁLIA SANTOS

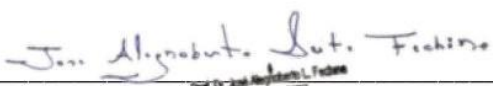
“TERRITÓRIO USADO E CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA: UMA ANÁLISE ESPACIAL À LUZ DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA TAPERA - ALAGOAS” -

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Geografia Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas – UFAL Campus do Sertão.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao corpo docente do Curso de Geografia Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas e aprovado em 07 de março de 2023.

Banca Examinadora:

Orientador(a)


Prof. Dr. José Alegn Roberto Leite Fecchine – UFAL /Campus do Sertão



1º Examinador(a)

Prof. Ms. Kleber Costa da Silva – UFAL /Campus do Sertão

2º Examinador(a)


Prof. Ms. Luã Karll de Oliveira – Escola Estadual - AL

“Eita, Nordeste da peste! Mesmo com toda seca, abandono e solidão, talvez pouca gente perceba que teu mapa aproximado tem forma de coração”.

Luiz Gonzaga de Moura

Dedico a concretização deste sonho, a Deus, a minha família, em especial a minha mãe, Maria de Fátima e ao meu pai Odilon que sempre acreditaram em mim me deram toda base, suporte, educação e me orientaram a sempre trilhar o caminho do bem, da honestidade, da justiça e buscar sempre aprimorar os meus conhecimentos, sendo o maior tesouro humano e que não pode ser roubado de quem o possui. Dedico ainda a minha terra natal, objeto desta pesquisa e a todos que lá habitam e constroem a cada dia uma cidade acolhedora e de gente de bem!

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente por ter me permitido viver tudo isso e ter me dado forças para concluir o curso.

A minha família por sempre ter me apoiado e incentivado.

A minha mãe, Maria de Fátima, meu pai Odilon, meu esposo Leandro, minha irmã Denise por ter me apoiado e colaborado em todo o momento para que fosse possível para concluir esta pesquisa.

Aos meus amigos e parceiros de trabalhos, Daiane, Sussimary, Jacqueline, Cosme, Arnaldo Stefan, por terem sido tão pacientes e compreensivos quando não concordávamos com as mesmas coisas.

A todos os meus professores, e a esta instituição de ensino, por todo empenho e dedicação, principalmente meu orientador, pelo tempo disposto, pela paciência e contribuições, meu muito obrigado Professor José Alegnonerto, receba meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

De acordo com a atual fase da globalização, também chamada de era técnico-científico-informacional, as dinâmicas socioespaciais são cada vez mais intensificadas em decorrência dos interesses econômicos hegemônicos nacionais e/ou internacionais e das características culturais de cada espaço. Assim, o espaço geográfico alterado durante este período é estudado de acordo com a criticidade da Geografia, o objetivo é analisar a unidade socioeconômica e as interações da dinâmica espacial da questão e considerar as desigualdades e contradições características de um determinado recorte espacial. Com base nesse entendimento, o objetivo deste trabalho é analisar a cidade de São José da Tapera (AL) - e a dinâmica territorial da mesma, enfatizando os fluxos decorrente da realização da feira livre da cidade. No primeiro capítulo, fala-se da história do surgimento das cidades e como estas foram evoluindo com o passar do tempo. O segundo capítulo analisa a cidade de São José da Tapera (AL) enquanto palco de uma evolução tanto do circuito superior, quanto do inferior, ainda fortemente presente na mesma. Para tanto, foram realizadas pesquisas de campo com questionários para comerciantes, clientes e condutores de veículos transportados para feiras, objetos e mercadorias. Estes questionários têm em conta as variáveis da referida teoria, pelo que a análise dos dados recolhidos permite compreender a dinâmica da feira e outras atividades do setor primário segundo a teoria dos circuitos. O terceiro capítulo considera criticamente mediante a explanação de gráficos e respostas aos questionários aplicados, o que os sujeitos pertencentes a cidade e que representam seu principal setor de atividade financeira: o primário.

Palavras-chave: Feiras Livres; distritos econômicos urbanos; centralidade regional; São José da Tapera (AL)

ABSTRACT

According to the current phase of globalization, also called the technical-scientific-information era, socio-spatial dynamics are increasingly intensified as a result of national and/or international hegemonic economic interests and the cultural characteristics of each space. Thus, the geographic space altered during this period is studied according to the criticality of Geography, the objective is to analyze the socioeconomic unit and the interactions of the spatial dynamics of the issue and to consider the inequalities and contradictions characteristic of a certain spatial cut. Based on this understanding, the objective of this work is to analyze the city of São José da Tapera (AL) - and its territorial dynamics, emphasizing the flows resulting from the free fair in the city. In the first chapter, we talk about the history of the emergence of cities and how they evolved over time. The second chapter analyzes the city of São José da Tapera (AL) as the scene of an evolution of both the upper and lower circuits, still strongly present in it. For that, field surveys were carried out with questionnaires for merchants, customers and drivers of vehicles transported to fairs, objects and goods. These questionnaires take into account the variables of that theory, so the analysis of the collected data allows understanding the dynamics of the fair and other activities in the primary sector according to the theory of circuits. The third chapter critically considers, through the explanation of graphs and answers to the applied questionnaires, what the subjects belonging to the city and that represent its main sector of financial activity: the primary one.

Keywords: Free fairs; urban economic districts; regional centrality; Sao Jose da Tapera (AL)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
PRESSUPOSTO TEÓRICO-CONCEITUAIS.....	17
CAMPO DE INVESTIGAÇÃO.....	24
MATERIAIS E MÉTODOS.....	29
ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43
APÊNDICES.....	46

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: O que predomina dentro do setor prinario na sua cidade?.....	34
Figura 02: Avaliação do setor primário local.....	34
Figura 03: Avaliação do setor secundário local.....	35
Figura 04: Avaliação do setor terciário local.....	35

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Avaliação da qualidade de vida do brasileiro nos espaços urbanos.....	31
Gráfico 02: Setores da economia.....	32
Gráfico 03: Os setores da economia conseguem absorver a mão de obra local?.....	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CF – Constituição Federal

DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais

FNDE – Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educação

LDB – Lei De Diretrizes E Bases

PCN – Parâmetro Curricular Nacional

PDE – Plano De Desenvolvimento Das Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

UNEAL – Universidade Estadual De Alagoas

INTRODUÇÃO

Inicialmente, não se pode falar no espaço geográfico atual, sem falar nos meios que originalmente proporcionaram o mesmo. Milton Santos em seu livro “A Natureza do Espaço” escrito no ano de 1996. Para o autor, o espaço pode ser classificado em meios, temos assim, o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional. Os dois primeiros serão falados aqui de forma sucinta, pois, pode-se hoje compreender o espaço geográfico por intermédio do meio técnico-científico-informacional.

O meio natural compreende o momento em que as técnicas de interferência à natureza já existiam, mas, em um pequeno grau. O meio técnico traz um grande avanço nas técnicas, mas, faltava algo a mais que não permitia a junção destas técnicas, o que só vai surgir por meio do avanço da informática. A técnica da informação é o elo que liga o que Milton Santos chama em “Por uma Outra Globalização” de motores em um motor único, e que se pode entender como o uso de um conjunto de técnicas desenvolvida num país pelos demais, por meio da informação. Assim, esse período da informação é de extrema importância, segundo Milton Santos afirma, em seu livro “Espaço e Sociedade”, para a compreensão do espaço geográfico tal qual encontramos hoje.

Atentando ao pensamento de Milton Santos, não é difícil verificar que o espaço evolui conforme o grau técnico da sociedade. Isso nos reporta as diferentes concepções de espaço as quais o estudioso mostra ao longo do tempo. Em suma, pode-se dizer que o espaço, ou pelo menos a conceituação do mesmo, sendo o último destes conceitos tido em “A Natureza Do Espaço”, a qual, SANTOS (1996, p. 16) diz que se trata de um conjunto indissociável de objetos e de ações que se dá, ao mesmo tempo, de forma solidária e contraditória. Indissociáveis não no sentido de inseparáveis, mas, de um necessariamente coexistir com o outro. De forma clara, Milton Santos nos diz que o espaço era inicialmente um conjunto formado por elementos naturais e pelos seres humanos, e estes seres humanos vão modificando, mas em um grau insignificativo esse meio natural. Claro, que sendo seres evolutivos, logo transformaram o meio natural em técnico, e após isso, em meio técnico-científico-informacional, sendo que o autor sente a necessidade de ir aprimorando o próprio conceito de espaço geográfico.

Uma das teorias que ainda reverberam no mundo acadêmico e foi pouco ou nada trabalhado pela Geografia até agora, é a Teoria dos Dois Circuitos da Economia Espacial,

sendo tais circuitos: o superior ou moderno e o inferior (Silva, 2015). Para compreender as nuances dessa teoria, é preciso debruçar-se sobre obras e autores como Santos (1996), criador da teoria. Se por um lado tem-se o dualismo de ideias quando se refere aos pontos positivos e negativos cabíveis a cada sistema, por outro lado, sua relação de dependência e subordinação.

Para Salvador (2019, p.3) não existem separados, mas não podem ser estudados de forma homogênea, levando em conta os mesmos critérios, pois apresentam características próprias. De tal modo, ainda segundo Salvador (2019, p.4) “Os circuitos da economia urbana são decorrentes da modernização econômica, assim como têm suas características relacionais e absolutas conectadas a esse processo. O sistema superior é resultado direto da modernização, que, por sua seletividade territorial e desigualdade socioeconômica, tem como efeito indireto o sistema inferior.”

Nesse sentido, constata-se a existência do circuito superior e circuito inferior no mesmo espaço, decorrentes dos mesmos processos, porém, mesmo com a complementaridade entre ambos, o circuito superior subordina o circuito inferior, mas em um território onde predomina atividades econômicas voltadas para a economia informal, mesmo que haja a implantação de características do circuito superior como o uso de máquinas de cartão de crédito, uso de linha fixa e móvel de telefonia, compra e venda de mercadorias fornecidas por outras cidades, por exemplo, não são capazes de definir a predominância do circuito superior em determinado território.

Para Tavares (2014, p, 91) [...] quanto ao objeto técnico celular é fundamental destacar que sua difusão entre aqueles grupos sociais que realizam atividades não-hegemônicas aparece como importante instrumento de trabalho, proporcionando que esses ampliem as suas possibilidades e garantam, desse modo, a realização de mais negócios.

O presente trabalho tem como tema o território usado e circuitos da economia urbana, realizando uma análise espacial à luz do município de São José da Tapera no sertão de Alagoas. Para melhor compreender o tema, inicialmente é necessário abordar o conceito de território, que de acordo com Goffman (2012, p.10) Território é uma porção do espaço geográfico que representa a extensão espacial da jurisdição de um governo, ou seja, consiste no recipiente físico e o suporte do corpo político que é organizado sob uma estrutura de governo. Ainda de acordo com o autor trata-se de uma arena espacial do

sistema político desenvolvido em um Estado nacional, sendo uma parte deste com suas autonomias pré determinadas, servindo ainda para descrever as posições no espaço das várias unidades participantes de qualquer sistema de relações internacionais.

O objetivo geral é compreender quais as mudanças poderiam fomentar a economia e elevar oportunidades para que seus moradores não mais utilizem esse território como cidade dormitório, mas que valorizem o circuito econômico urbano. O estudo analisará a história da cidade desde sua origem até os dias atuais. Tem como objetivos específicos entender a transformação do espaço urbano desde o início, até as diversas problemáticas que permeiam o mesmo, pois é de grande importância para o meio acadêmico, e para a sociedade de modo geral.

Escolheu-se o urbano como centro dos estudos pensado e desenvolvido aqui, como objeto de pesquisa, a cidade de São José da Tapera, no alto sertão de Alagoas, porque é neste recorte que ocorrem a grande maioria das relações entre os sujeitos que constituem o circuito superior de produção e também influenciam no circuito inferior. É neste contexto urbano que as culturas se encontram, e novos saberes são (re)produzidos.

1. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS

Mediante ao grande crescimento populacional nas últimas décadas, na atualidade há uma grande busca de melhorias por meio das tecnologias ao processo de desenvolvimento das cidades, da agropecuária evitando desperdícios e visando elevar os padrões de qualidade dos produtos, serviços, da qualidade de vida e da moradia.

De acordo com Bruno (2020, p.14) a noção de desenvolvimento urbano está diretamente ligada ao processo de produção das cidades e com as relações que tomam lugar no espaço, aspectos políticos, institucionais, econômicos, sociais, culturais, ambientais, fundiários considerando o uso, a posse e a propriedade da terra, a exemplo disso estão as estruturas históricas das cidades, as condições e os legados de sua formação, que compõem de forma múltipla e complexa tais relações, que se modificam ao longo do tempo. Ainda de acordo com a autora:

A história das cidades pode ser contada, em alguma medida, como a própria história da civilização, em que a espécie humana vai se distinguindo das demais pelo domínio do meio natural (de outras espécies e da própria espécie). O embrião do que hoje são nossas complexas estruturas urbanas está na chamada revolução neolítica, marcada pelo domínio de técnicas de agricultura e pecuária, que possibilitou à humanidade deixar seu padrão nômade, ligado à necessidade de busca de alimentos como condição de subsistência, e se organizar paulatinamente em assentamentos humanos (BRUNO, 2020, p. 10).

Compreende-se assim, que ao longo dos séculos, os territórios humanos foram modificados, consolidados e moldados e assim constantemente se transformam em decorrência das sucessivas revoluções tecnológicas, deste modo, a constituição de assentamentos humanos está essencialmente relacionada ao domínio dos meios e ainda aos modos de produção como tem ocorrido desde sua mais remota formação.

O território é, portanto, uma conexão ideal entre espaço e política, visto que a distribuição territorial conta com várias formas de poder político e tem se transformado de forma profunda ao longo da história, o termo ainda abrange uma expressão dos relacionamentos entre tempo e política. Compreende-se como território os componentes materiais ordenados no espaço geográfico conforme as certas leis da natureza, é um conceito gerado por indivíduos, organizando o espaço segundo seus próprios objetivos (GOFFMAN, 2012, p.14).

Um dos principais usos do território é como abrigo e moradia, ainda que hoje não seja acessível a todos, no Brasil, o direito à moradia é garantido pela Constituição Brasileira, em seu Artigo 6º que diz: “São direitos sociais a educação, a saúde a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição” (BRASIL, 1988).

Oliveira (2001), afirma que a cidade se origina da vida em sociedade, da necessidade de contato entre os membros desta, bem como a necessidade de que estes se comuniquem, se organizem e interajam. Observa-se que a vida urbana é, no entanto, um desafio, embora haja muitas vantagens nesta vida social, em meio a esse cotidiano há diversos conflitos de interesse e ainda há outros problemas que surgem, como a violência, problemas de trânsito, falta de planejamento, entre outros.

Na atualidade, a cidadania pode ser conceituada como a prática de cada morador da cidade, ao reivindicar os direitos dos quais este também deve ter consciência, o cidadão deve então reivindicá-los, e fazer com que eles se cumpram, agindo ainda com responsabilidade, e cumprindo com seus deveres (OLIVEIRA, 2001, p. 01). Em todo o mundo hoje predomina a vida urbana, já que a maior parte dos habitantes de todos os países vivem em cidades, que são considerados palcos de lutas por interesses variados e incessantes. Ainda conforme as ideias do autor:

No Brasil, ao longo do século XX, grande número de cidades nasceu, cresceram e se desenvolveram. Foi neste século que o país mais se urbanizou. A evolução do crescimento da população urbana, considerando-se este período, é bastante ilustrativa. É a partir da década de setenta que se inverte, com força, a relação rural-urbana até então vigente. Hoje, o território nacional abriga 170 milhões de habitantes. Chegamos ao ano 2000 com 137.755.550 brasileiros vivendo em áreas urbanas, o que significa que 81% da população brasileira moram em cidades. Muitas foram as consequências deste veloz processo (OLIVEIRA, 2001, p. 1).

Observa-se que o fenômeno de urbanização levou ao agravamento do quadro de exclusão social histórico que evidenciou a marginalização, e outros problemas como, por exemplo, o aumento da criminalidade e a violência urbana, atualmente são motivos de apreensão, que envolvem tanto os moradores das cidades, quanto os governos. A necessidade de se preocupar com este processo de urbanização que ocorreu de forma descontrolada, foi marcada pelo estabelecimento da nova Constituição Federal, em que o

país impetrou, um novo e propício patamar com a inclusão, na lei constitucional, da participação popular em todas as decisões que são de interesse público, que vem sendo incorporado lentamente pelo poder público com o intuito de levar adiante suas ações (OLIVEIRA, 2001). Estes escritos ainda corroboram com a seguinte passagem do autor:

A inclusão dos artigos 182 e 183, compondo o capítulo da Política Urbana foi uma vitória da ativa participação de entidades civis e de movimentos sociais em defesa do direito à cidade, à habitação, ao acesso a melhores serviços públicos e, por decorrência, a oportunidades de vida urbana digna para todos. Durante onze anos de tramitação legislativa, muitos foram os embates onde se explicitaram os conflitos entre inúmeros e diversificados interesses em jogo sobre o futuro destino de nossas cidades. A construção do Estatuto da Cidade foi longa e difícil, entretanto, nele estão garantidos princípios há muito desejados. O Estatuto da Cidade reúne importantes instrumentos urbanísticos, tributários e jurídicos que podem garantir efetividade ao Plano Diretor, responsável pelo estabelecimento da política urbana na esfera municipal e pelo pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, como preconiza o artigo 182. (OLIVEIRA, 2001, p. 2 e 3).

Faria (2015, p.01), afirma que o Estatuto da Cidade é uma tentativa do estado de promover a democratização da gestão das cidades brasileiras por meio de ferramentas de gestão, sendo que é possível destacar o Plano Diretor, que é a partir da sua criação, obrigatório para todos os municípios com acima de vinte mil habitantes, ou ainda, em aglomerações urbanas. A autora ainda enfatiza que:

A aplicação destes instrumentos de gestão trazidos pelo Estatuto da Cidade tem como objetivo a efetivação dos princípios constitucionais de participação popular ou gestão democrática da cidade e da garantia da função social da propriedade que se constitui na proposição de uma nova interpretação para o princípio individualista do Código Civil, entre outros princípios (FARIA, 2015, p. 1).

Sabe-se que o Brasil é um país onde há grande extensão de territórios, e em que se predomina o urbanismo tendo em vista que mais de 80% da população brasileira reside em zonas urbanas, há, entretanto, grandes desigualdades visíveis, sendo estas cidades palcos de contradição e de grandes problemas sociais, onde há maior índice de pobreza e ao mesmo tempo concentra-se as maiores riquezas (FELÍCIO; FOSCHINI; SALVADOR, 2010).

É possível afirmar com base nessas informações que o país necessita de alterações consideráveis com o intuito de promover melhores condições de vida, promovendo uma distribuição de benefícios, bem como é necessária à realização de uma reforma urbana, após a criação do Estatuto da Cidade. Para Voitille (2013, p. 1):

- O Poder Público poderá utilizar alguns recursos, chamados de "instrumentos da política urbana", para promover o desenvolvimento das cidades e regiões. São eles:
- Planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território, aglomerações urbanas e microrregiões;
- Planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;
- Planejamento municipal: plano diretor; disciplina do parcelamento, uso e ocupação do solo; zoneamento ambiental; plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento anual; gestão orçamentária participativa; planos, programas e projetos setoriais; planos de desenvolvimento econômico e social;
- Institutos tributários e financeiros: IPTU, contribuição de melhoria, incentivos e benefícios fiscais e financeiros;
- Institutos políticos e jurídicos: desapropriações; servidão administrativa; tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano; instituição de unidades de conservação; instituição de zonas de especial interesse social; outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso, regularização fundiária; referendo popular e plebiscito;
- Estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV).

Ainda conforme Voitille (2013, p.1), o Estatuto da Cidade tem como principal objetivo a determinação de diretrizes e ainda a orientação e o crescimento urbano, bem como o uso e a ocupação do solo de forma a promover uma sociedade mais justa e com a verdadeira sustentabilidade.

O Estatuto da cidade se divide nos 5 capítulos a seguir:

- I- Diretrizes Gerais constituídas nos artigos 1º a 3º;
- II- Dos Instrumentos da Política Urbana compostos pelos artigos 4º a 38;
- III- Do Plano Diretor constituídos pelos artigos 39 a 42;
- IV- Da Gestão Democrática da Cidade instaurada nos artigos 43 a 45;
- V- Disposições Gerais definidas nos artigos 46 a 58.

O denominado “Estatuto da Cidade” pode ser conceituado como o termo oficial utilizado para designar a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, esta foi criada para regulamentar o capítulo "Política Urbana" que foi instituído na Constituição Federal, delinear e desenvolver os artigos de número 182 e 183, com o objetivo de garantir o direito à cidade como básico da pessoa humana, oportunizando o acesso às oportunidades oferecidas pela vida urbana a todos (SENADO FEDERAL, 2015).

Art. 1º- Na execução da política urbana, de que tratam as artes. 182 e 183 da Constituição Federal, será aplicado o previsto nesta Lei.

Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Art. 2º - A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – Garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – Gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social (BRASIL, 2002, p. 17);

A criação deste Estatuto possibilitou que seja criada uma série de instrumentos que favoreçam seu desenvolvimento urbano, especialmente o plano diretor, que tem a função de articular a implementação de planos diretores participativos, além de determinar uma série de instrumentos urbanísticos (SILVA, 2003, P.13). O Estatuto é considerado de suma importância, embora haja uma falta de implementação de ações nas cidades direcionadas a solucionar os problemas de moradia evidentes.

A divisão de terras em cidades foi criada devido a intenção humana de apropriação do território, este é um processo interventivo que é geralmente realizado por homens, que criando, recriam e modificam essas apropriações territoriais ao longo de sua vida cotidiana. (KOGA, 2003).

De acordo com Sousa (2009) a política urbana foi criada com o intuito de tutelar os atos direcionados para a efetivação e implementação de um uso apropriado para as propriedades, garantindo aos mais desfavorecidos um lugar para viver com dignidade, sendo esta a principal função social da cidade.

O princípio da função social da propriedade encontrou na Constituição Federal de 1988 uma definição que assegura o direito à propriedade imobiliária urbana, desde que cumprida a sua função social, que é aquela determinada pela legislação urbanística, cabendo ao município promover o controle do processo de desenvolvimento urbano através da política de ordenação do seu território, dentro das diretrizes da sua lei municipal. (OLIVEIRA FILHO, 2004, p. 1)

Ainda visando os direitos e a garantia do Direito a cidadania, o artigo 183 prescreve:

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia (grifo nosso) ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. (BRASIL, 1988, p. 18).

O uso apropriado das propriedades urbanas em prol de uma utilização efetiva de suas funções sociais tem se deparado com diversos óbices para sua concretização, conforme as garantias indicadas no referido Estatuto, embora sejam consideradas ambiciosas e tenham diretrizes que lutem por disputas entre interesses divergentes, especialmente no caso de proprietários que atuam em busca de concentrar riquezas, bem como de grandes empreendedores, observa-se a necessidade de que cada cidade conte com um Plano Diretor municipal (SOUSA, 2009, P. 03).

O artigo 1º, parágrafo único, do Estatuto da Cidade dispõe que:

Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental (BRASIL, 2002, p. 11).

Deste modo, observa-se que as cidades tem por objetivo principal lutar pelos interesses sociais dos menos favorecidos, direcionando o uso das áreas urbanas em função destas pessoas.

O plano diretor pode ser conceituado como o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, sendo este obrigatório a todos os municípios de acordo com a própria lei em vigência, sendo estas:

- Cidades com mais de 20 mil habitantes;
- Integrantes de "área de especial interesse turístico";
- Integrantes da área em que sejam praticadas com atividades de significativo impacto ambiental;
- Cidades que queiram utilizar-se de algum tipo de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios de imóvel.

Quanto ao plano diretor, observa-se que suas diretrizes e prioridades devem ser claramente definidas e estarem presentes no plano plurianual, e ainda nas denominadas diretrizes orçamentárias e no orçamento anual, sendo este determinado por lei municipal e deve englobar a todo Município, deve ser revisto a cada 10 anos (mínimo), e sua elaboração e implementação, devem ser realizadas por meio de audiências públicas, contando com participação popular, os documentos gerados por essas audiências devem ser de livre acesso para consulta do público (VOITILLE, 2013, P. 04).

2. CAMPO DE INVESTIGAÇÃO

Antes de abordar diretamente o município de São Jose da Tapera (AL) é relevante compreender a história do Brasil e seu processo de formação dos estados-nacionais, encontram-se inseridos na própria lógica da expansão do modo capitalista de produção, quando foram iniciadas as práticas mercantilistas, e a riqueza de um país era representada pelos domínios de terras que possuía (forma primitiva de acumulação de capital) e pela quantidade de metais preciosos que ele possuísse.

O município de São José da Tapera, no estado de Alagoas, a 230 km da capital Maceió, tem 32.462 habitantes aproximadamente, dos quais cerca de 11.000 vivem na cidade e o restante no campo. Possui uma área de 675 km², sendo 25 km de área urbana e 650 km de área rural, segundo dados do IBGE (Índice Geográfico e Estatístico Brasileiro) de 2010 (IBGE, 2021). O município faz fronteira com os seguintes municípios: Senador Rui Palmeira e Carneiros ao norte, Pão de Açúcar ao sul, Monteirópolis a leste e Piranhas a oeste. O acesso ao município é feito pela estrada asfaltada AL 220, que liga Arapiraca a Xingó e também a Delmiro Gouveia.

A cidade também pode contar com seu forte caráter histórico e cultural, pois seus primeiros habitantes, que se instalaram na região por volta do século XX, iniciaram as primeiras atividades comerciais e agrícolas graças ao seu terreno favorável e também a uma pequena feira ou mercado, ou seja, as atividades econômicas mais importantes da cidade já carregam consigo uma forte influência histórica, profundamente enraizada desde seus colonialistas (IBGE, 2010).

A proximidade com cidades vizinhas aumenta o fluxo de pessoas, pois depende dos carros que formam as “filas” entre esses municípios e também do transporte de empresas de entregas/distribuidoras que abastecem principalmente os supermercados da cidade.

Outro fator importante que reforça essa dinâmica é a mobilidade dos residentes rurais, que aumenta em determinados dias da semana ou todos os meses. Semanalmente, o fluxo aumenta aos sábados graças às feiras livres dos concelhos, que acolhem tanto os habitantes do povoado como os habitantes do interior dos concelhos que compõem os

destinos e cidades. Esse movimento cresce a cada mês em função das datas de pagamento de servidores públicos, pensionistas e programas governamentais como o Bolsa Família.

É importante ressaltar que, assim como outras cidades do interior de Alagoas que passam por um processo de desenvolvimento econômico, a cidade de São José da Tapera mantém sua estrutura econômica, voltada principalmente para o comércio. A zona central da cidade é a área com mais variedade comercial, existem muitas lojas de roupa e calçado, material de construção, lojas de móveis, etc. Há também pontos estratégicos com determinados negócios, como postos de gasolina, bancos, pequenos hotéis e pousadas.

Pensar na dinâmica econômica de um lugar requer muito mais do que apenas uma analogia entre, por exemplo, quantas partes diferentes da economia cresceram nos últimos anos, pois quando falamos do crescimento econômico de um determinado lugar, pouco se coloca sobre os negócios informais constituídos por camelôs, barracas de artesanato, etc. A ideia de crescimento está, portanto, mais relacionada às grandes empresas, indústrias, redes de lojas, supermercados e bancos (SILVA, 2012, p.10).

Por outro lado, embora muita pesquisa tenha sido feita sobre crescimento econômico, deve-se levar em conta também uma certa escassez em outro assunto muito importante - foi assim que o geógrafo brasileiro Milton Santos formulou sua teoria por volta dos anos 1970, que na época era chamada de "teoria distrital da economia urbana" considerando os distritos altos e baixos. Nesse sentido, podemos ler que existem diferenças importantes entre o crescimento e a dinâmica econômica dos lugares, pois uma leitura feita em determinado lugar pode ser interpretada de forma diferente e levando em consideração outros fatores.

Portanto, de acordo com estudos de diferentes autores o espaço e as nuances que envolvem a dinâmica econômica a partir dos dois circuitos, Azevedo et. al.; Medeiros (2013, p. 20), apontam o circuito superior como resultado direto da modernização e o alto grau de capital nele investido, ou seja, está diretamente ligado às ações diretas de bancos, indústrias, comércio de ponta, exportação, entre outras. Em outra análise tem-se o circuito inferior que se apresenta como resultado indireto da ação modernizadora do circuito superior e como uma forma de reorganização do espaço, devido as desigualdades provocadas pelo circuito que “comanda” o mercado.

2.1 Circuito de Produção Superior e Inferior: Definições e Características

Para melhor compreender o aumento da desigualdade na economia urbana dos países mais pobres, os geógrafos passaram a analisar as cidades por meio de dois subsistemas da economia urbana: o bairro alto ou "moderno" e o bairro baixo ou marginal (SANTOS, 2004, p.17). Mas o que seria característico de cada um dos dois circuitos? Qual é a sua diferença fundamental? A teoria das duas cadeias, formulada na década de 1970, tem poder explicativo para entender os processos atuais sob a globalização?

Segundo Oliveira (2009, p.28), as órbitas econômicas urbanas são, por vezes, uma expressão da divisão regional do trabalho e enfatiza que sua discussão se torna muito importante em decorrência do projeto neoliberal dos anos 1990, pois o número de trabalhadores está aumentando atualmente, as chamadas dívidas "informais" crescem e a urbanização se acelera, o que aumenta a concentração de renda e a desintegração da produção e do consumo, que, segundo o autor, são a base para a existência dos distritos urbanos.

Ele também aponta que a intensificação do consumo e da circulação, juntamente com o fortalecimento do desemprego crônico e da pobreza urbana, afeta a dinâmica dos ciclos, especialmente o ciclo de declínio. Portanto, de acordo com Oliveira (2009, p.29) "Em face às características do período atual, a teoria dos dois circuitos, especialmente o conceito de circuito inferior, oferece possibilidades realmente heurísticas de interpretação da dinâmica de atualização da pobreza urbana".

Segundo Santos (2004, p.18), o trabalho da cadeia superior se diferenciaria do trabalho da cadeia inferior pela tecnologia utilizada e pela organização do trabalho. Assim, o círculo superior mantém sua base, que está diretamente relacionada à modernização tecnológica e aos grandes monopólios, novas tecnologias e detentores do poder nos mercados financeiros. A órbita inferior, por outro lado, é formada por atividades de pequena escala, como pequenos comerciantes, lojistas e vendedores ambulantes, voltadas para o mercado consumidor local e para a população menos móvel (os mais pobres). Entretanto, aquele bairro não é um setor tradicional, pois é um produto indireto da modernização e parte de seu abastecimento provém do setor moderno do qual depende (SILVEIRA, 2007, p. 42).

O circuito superior marginal, que surge principalmente pelo sentido dado à circulação, aproxima-se do circuito superior pela funcionalidade de seu trabalho, mas se relaciona com o circuito inferior pelo comportamento de seus atores (SILVEIRA, 2007,

p.56). O circuito superior marginal é importante para difundir novas tecnologias inserindo em sua dinâmica algo moderno, mas é, ao mesmo tempo, residual.

Nas análises de Maria Laura Silveira, a cidade não é apenas lugar do circuito superior, "mas também do trabalho não especializado, das produções e serviços banais, das ações ligadas aos consumos populares" (SILVEIRA, 2007, p. 60). Assim, para a autora, o circuito inferior e superior marginal, nos dias atuais, encontram maior desenvolvimento. Ela ainda acrescenta que os circuitos da economia urbana são "vasos comunicantes, pois sendo ambos um resultado da modernização, encontram, atualmente, as condições de sua reprodução" (SILVEIRA, 2007, p. 66).

Os circuitos não são impermeáveis, portanto, não podem ser analisados separadamente, mas são "vasos de comunicação" em movimento (SILVEIRA, 2007, p. 61). Cada nova divisão regional do trabalho muda sua lógica e a estrutura do espaço urbano. Por exemplo, no espaço urbano das grandes cidades coexistem inúmeros componentes de dois bairros lado a lado, mas nas cidades locais híbridas a economia urbana é caracterizada principalmente pela subdivisão. Ressalte-se que não se trata de uma tipologia, possui vínculos que também os articulam com o circuito superior, mas os fundamentos da economia urbana estão relacionados ao circuito inferior.

No entanto, não podemos trabalhar com distritos econômicos urbanos em cidades com dinâmicas de vizinhança apenas mais pobres, como bairros locais e híbridos, pois a dialética entre ambos é necessária para estruturar os bairros. Portanto, a análise do circuito inferior desses lugares é possibilitada pela intensa vida das relações existentes com outros aglomerados desenvolvendo a dinâmica do circuito superior e marginal superior, o que permite compreender a economia política da urbanização e da cidade.

A complementaridade das rotas por meio das relações intermunicipais é demonstrada pelo acesso dos moradores às instituições financeiras, supermercados e lojas de departamento localizadas na circulação alta e marginal alta, como Pernambucanas e Casas Bahia, entre outras. Nesse processo, os bairros baixos das cidades híbridas locais encontram as condições para a reprodução. Isso nos mostra que a economia urbana é um conjunto solidário e contraditório de divisão do trabalho, como Silveira (2007, p.62) mostrou que pensa as cidades.

A prevalência do circuito inferior nas áreas analisadas não significa que essa população não consuma objetos técnicos modernos. Pelo contrário, a interdependência

com os eleitorados superiores e marginais superiores por meio das relações intermunicipais permite, como diz Silveira (2007, p. 12), “os pobres participarem dos eventos contemporâneos”. E nesse sentido concordamos com o autor quando afirma que todas as classes podem consumir fora das cadeias a que estão presas.

A população pobre das cidades locais - híbridas, embora não tenham pleno acesso aos meios de consumo coletivo - bens coletivos - consomem alguns objetos técnicos modernos, mas mantêm a pobreza estrutural. Assim, Silveira (2007, p.62) aponta que é um erro tentar conciliar pobreza e pobreza de consumo, pois o crédito é utilizado em todas as áreas e classes sociais.

É por isso que os circuitos superior e inferior estão correlacionados, porque são opostos e complementares, e nesta era de globalização é fortalecido o hibridismo que prevalece em seu relacionamento. Cada circuito possui características próprias, mas a complementaridade do circuito inferior ocorre na forma de dominância (SILVEIRA, 2007, p.62).

Silveira (2007, p. 69), em sua análise sobre a cidade de São Paulo, aponta que devido aos baixos custos de produção, altos insumos produtivos, mão de obra e oferta de clientes, um número considerável de pequenos negócios é criado e mesmo que o índice de mortalidade seja alto, permite que outros surjam. Ao contrário, nas cidades locais-híbridas, que carecem do dinamismo das grandes metrópoles, diminui a oportunidade de ampliar o número de atividades e o dinamismo para abrir novos negócios.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Para compreender a dinâmica de distribuição espacial, Oliveira (2009, p.20) reforça que trabalhadores ditos "informais", as dívidas sociais crescem e a urbanização se acelera, acelerando ainda mais a concentração de renda e a desintegração da produção e do consumo, que o autor acredita estar na base da existência de distritos urbanos. Ele também aponta que a intensificação do consumo e da circulação, aliada ao fortalecimento do desemprego crônico e da pobreza urbana, afeta a dinâmica da circulação, especialmente a de menor circulação.

Assim, observou-se que no atual período de processos de globalização e fragmentação, o espaço está dotado de fluidez, ciência, tecnologia, conhecimento e racionalidade, em que também se fixam o crescimento do desemprego e a insegurança das relações de trabalho e pobreza estrutural. Assim, a teoria da cadeia dupla da economia urbana é ainda mais fortalecida como forma de entender a dinâmica urbana.

Nesse sentido, é de extrema importância entender a dinâmica da menor circulação da economia urbana nas "cidades locais - híbridas", pois esses lugares estão conectados às redes urbanas, como produtores e em condição urbana, divisão espacial do trabalho, processo que leva a mudanças no conteúdo socioespacial desses lugares.

Mas também porque a dinâmica da economia urbana destas cidades está quase exclusivamente envolvida na menor circulação da economia urbana. Nesse sentido, entender a relação entre a órbita inferior e as cidades híbridas locais nos permite entender as propriedades dessa órbita para essa realidade urbana, a relação entre a órbita inferior e a pobreza urbana e a relação do interior da cidade e escalas intermunicipais.

A relação híbrida de processos permite entender que as mudanças do período atual expressam mudanças, constâncias e misturas que as escalas intermunicipais e intramunicipais estão interligadas, que a dicotomia urbano-rural não é válida para compreender a realidade da sociedade brasileira e que a pobreza existe em diferentes dimensões e se intersecciona. Portanto, justamente esses elementos produzem o conteúdo das cidades analisadas, cidades locais por suas dinâmicas organizacionais, que constroem elementos em seus espaços que as caracterizam como cidades locais - híbridas (ROMA, 2012, p.22).

Assim, por meio de uma perspectiva empírica e analítica, analisamos a realidade socioespacial de São José da Tapera localizada no sertão de Alagoas, possuindo 32.462 mil habitantes. (IBGE, 2021). Os procedimentos metodológicos basearam-se principalmente no trabalho de campo, com aplicação de questionários a alguns comerciantes e moradores da mencionada cidade, respectivamente, para conhecer as condições de vida dos moradores perfis populacionais. Para determinação da amostra, foi utilizada a metodologia “estimativa do valor médio apreendido ao longo do curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Alagoas”.

4. ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS

Os planos diretores devem ser elaborados cumprindo o prazo originalmente estabelecido de cinco anos, porém, devido à complexidade da tarefa, inúmeros municípios acabaram por deixar de cumprir com este prazo. Mediante a situação, houve a promulgação da lei 11.673 em 2008, deste modo, houve o adiamento do prazo final da elaboração dos planos diretores para a nova data: 30 de junho de 2008 (SILVA, 2003).

O planejamento de uma cidade deve ser feito com base em um conjunto de planos divididos em setores, que devem ser orientados por diretrizes maiores, conforme consta no Plano Diretor, este modo é considerado participativo, em que há contribuição da comunidade e de órgãos competentes. Dessa forma é possível observar que um plano diretor eficaz e participativo deve atuar com base nas necessidades setoriais apresentadas com foco na habitação, no saneamento básico, na mobilidade e no uso e na ocupação do solo, fazendo assim com que as necessidades básicas dos cidadãos sejam sanadas devidamente.

Ainda de acordo com Braga et. al. (2006, p.1) o conceito de moradia sofreu transformações relevantes ao longo dos últimos anos, apenas com relação ao quesito habitação, entretanto, como uma edificação apenas, tornando-se mais próxima de uma habitação conjuntural e ampla, tornando-se ainda um “habitat”, já que a moradia abrange as condições de habitabilidade e de salubridade, além de fornecerem condições próprias, de “privacidade, segurança, durabilidade, iluminação, ventilação, abastecimento de água, esgotamento sanitário, disposição de resíduos sólidos e adequada localização”. (BRAGA et. al., 2006, p. 1)

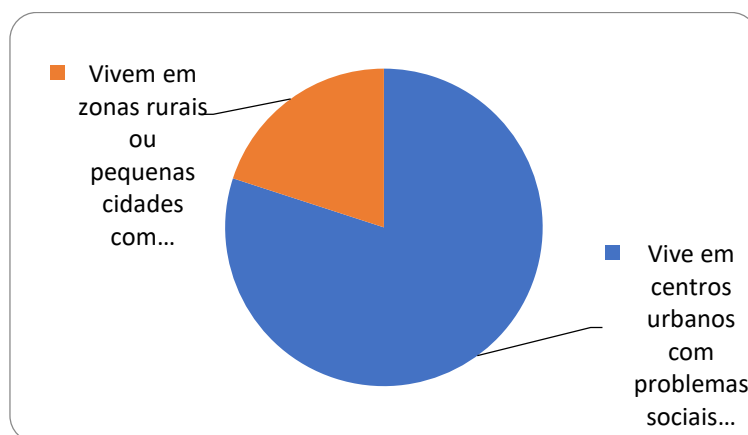
Considera-se que uma moradia deve fornecer boas condições de habitação para aqueles que nela viverem, sendo uma questão social de dignidade que todos possuam um lar em condições adequadas, ou pelo menos com o mínimo necessário para que se sinta uma pessoa digna.

A casa faz parte da cidade enquanto espaço urbano, já que este não é somente um cenário para as relações sociais, entretanto o urbano tornou-se um espaço ativo que domina a economia e ideologia. “Os interesses políticos envolvidos na produção da moradia e do espaço urbano, são muitos e poderosos, por isso não é em qualquer localização, entretanto, que as ocupações de terras urbanas são toleradas” (BRAGA et. al., 2006, p. 1).

Quanto as áreas valorizadas comercialmente a lei se aplica. “O crescimento urbano, aparentemente natural, tem por trás de si uma lógica que é dada pelos interesses em jogo e pelo conflito entre eles” (MARICATO, 1988, p. 43).

De acordo com Braga et. al. (2006), cerca de 80% da população brasileira está sobrevivendo em municípios com problemas cada vez mais complexos, em espaços urbanos de inúmeros tamanhos e com alto índice de periferias em situação crítica e agravada, e 20% dos brasileiros vivem na zona rural ou em cidades com mais qualidade de vida. “O crescimento das cidades tem como retrato as desigualdades sociais que tem sua origem na dificuldade de acesso à terra, favorecendo a ocupação informal do solo urbano”. Para melhor se compreender estas palavras tem-se o gráfico 01 abaixo:

Gráfico 01 – Avaliação da qualidade de vida do brasileiro nos espaços urbanos



Fonte: o autor. 2022

Os problemas com a habitação são uma preocupação geral, principalmente para o poder público, a falta de moradia acaba por gerar outros problemas, como o aumento das invasões de propriedades, a criação de periferias, o aumento da criminalidade pela falta de condições básicas de sobrevivência, entre outros.

Quanto aos índices de desigualdade brasileira, Fellet (2011, p. 1) afirma ainda que:

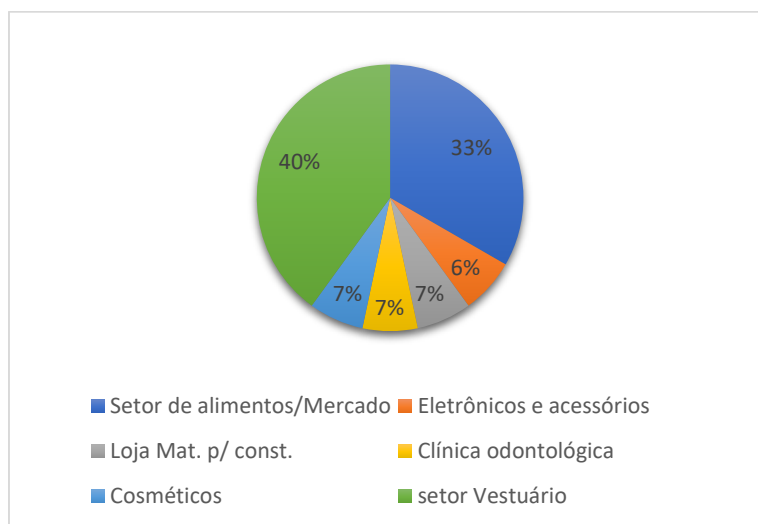
O IDHAD (Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade) combina o IDH com dados que levam em conta a equidade no acesso à saúde, educação e renda. Em situação de igualdade perfeita, o IDH e o IDHAD são iguais; quanto maior a diferença entre os dois, maior a desigualdade. Por esse cálculo, publicado pela primeira vez neste ano, o Brasil obtém a 73ª posição entre 134 países.

O Brasil não conta atualmente com problemas recentes e de fácil resolução, a desigualdade de renda tem sido vista como a principal responsável pela perda de pontos

no IDHAD, bem como a desigualdade na educação e na expectativa de vida, embora conte com uma assistência social implantada em todas as cidades, o país enfrenta dificuldades no setor também de forma histórica (FELLETT, 2011).

A partir da coleta de dados, os resultados foram tabulados e serão apresentados a seguir. O gráfico 02 apresenta o resultado quanto ao setor econômico em que atuam os comerciantes entrevistados:

Gráfico 02 – Setores da economia

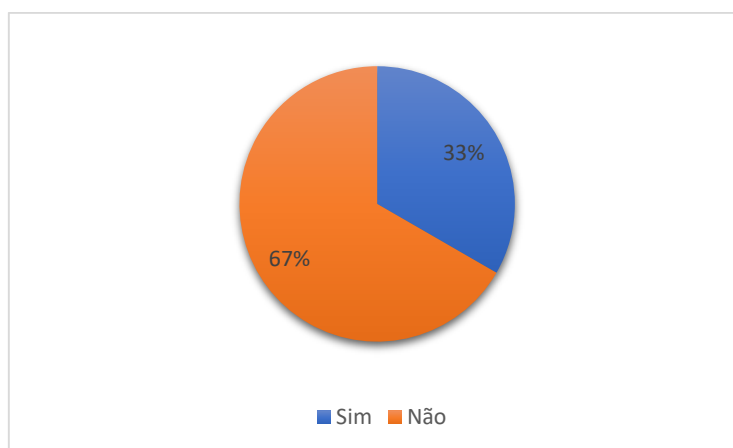


Fonte: o autor. 2022

Observou-se que dentre os entrevistados, predominou o setor de comércio do vestuário com 40%, enquanto que 33% atuam no setor de alimentos (lanchonetes, restaurantes) e mercados, 6% atuam no comércio de eletrônicos e acessórios, 7% são do comércio de materiais para construção, clínica odontológica, loja de cosméticos.

Ainda questionados sobre se o comércio acompanhava o desenvolvimento populacional local questionou-se o seguinte: os setores da economia conseguem absorver a mão de obra local? Obtendo-se o seguinte resultado:

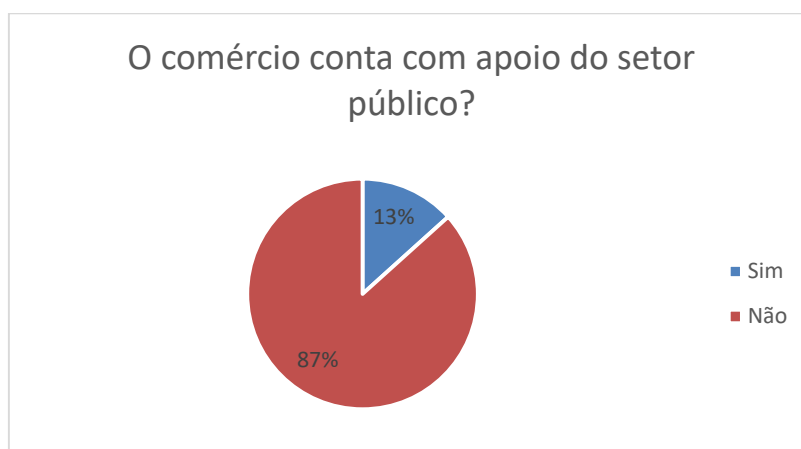
Gráfico 03: os setores da economia conseguem absorver a mão de obra local?



Fonte: o autor. 2022

Um grande ponto apresentado pelos entrevistados é a questão da falta de apoio do setor público que não investe em eventos culturais e turismo, nem mesmo oferece incentivos fiscais para atrair grandes indústrias, o que foi observado em 87% dos entrevistados, no entanto, 13% afirmaram que não acreditam que o comércio dependa do incentivo do setor público. O gráfico 04 abaixo aponta com detalhes estas informações.

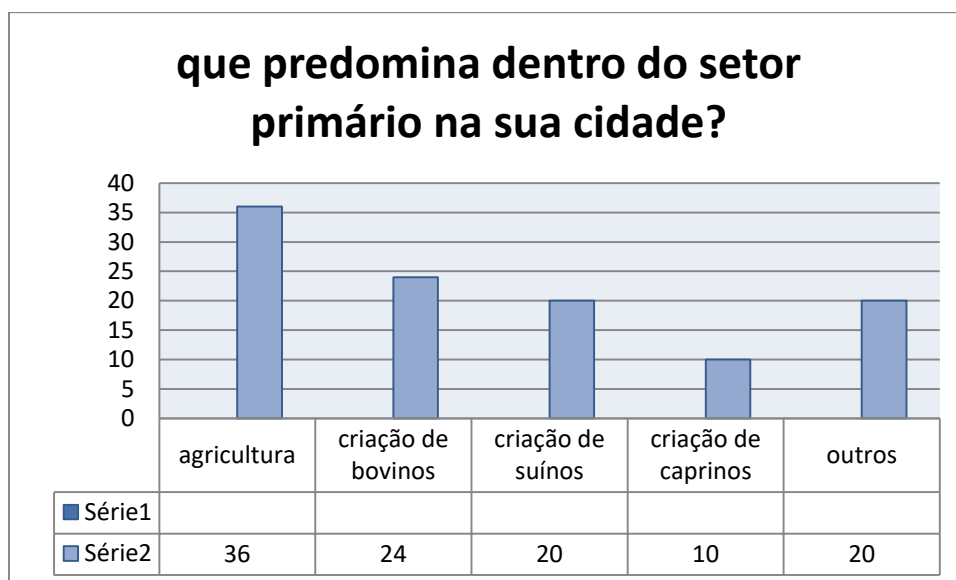
Gráfico 04: Apoio do setor público: Fonte: Dados da pesquisa (2022).



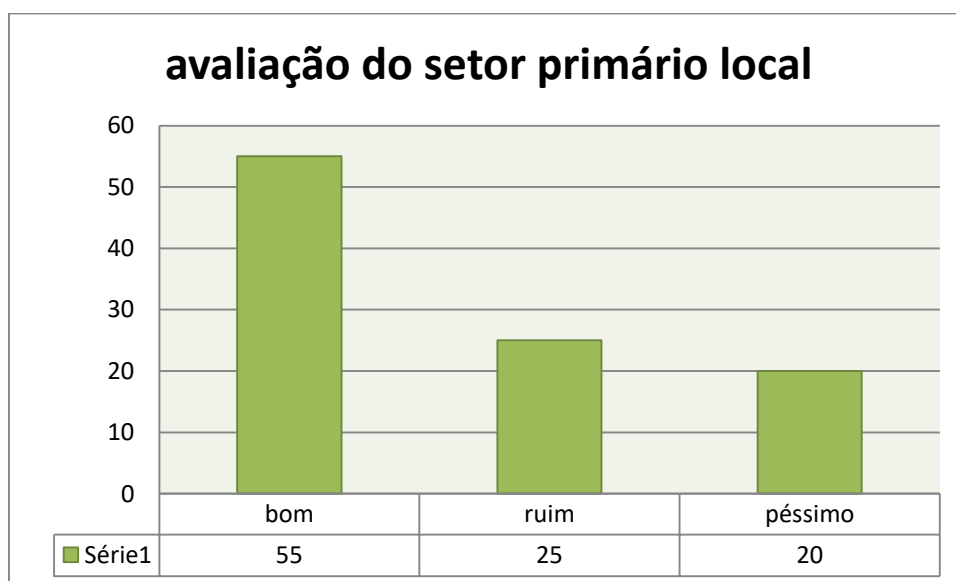
Fonte: o autor. 2022

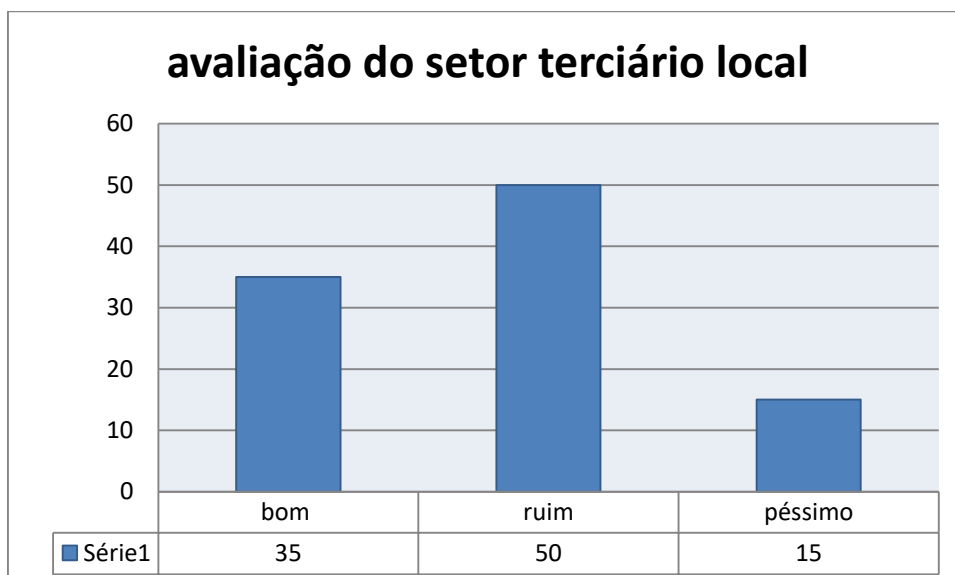
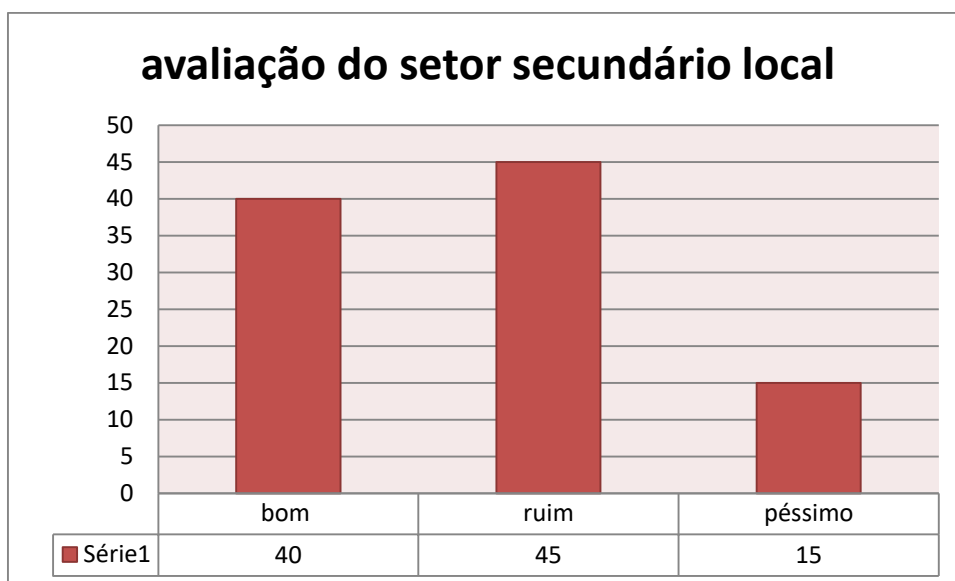
Quanto as sugestões estão a criação de uma associação dos comerciantes (13%), programas de incentivo fiscal (6%), incentivo ao turismo (13%), incentivo a instalação de indústrias (27%), redução da burocracia para formalizar empresa (27%) e eventos festivos (7%) bem como o aumento de faculdades para formação de pessoas da cidade (7%).

Diante do que foi visto até o presente momento, e com auxílio do gráfico abaixo, percebe-se que o setor primário é o que predomina no município de São José da Tapera, sendo que durante o questionário, a maior parte das pessoas respondeu que a agricultura é o ponto-chave da economia local.



A mudança estrutural produtiva da agricultura taperense também se caracteriza pela criação de novas demandas, principalmente relacionadas às atividades produtivas, para cidades localizadas em pontos agrícolas (RPA). Como resultado, o setor comercial e serviços especiais de agricultura e criação e necessidades pessoais aumentarão em áreas urbanizadas localizadas perto de áreas agrícolas.





Analisando alguns dos elementos tipológicos presentes na teoria econômica de dois circuitos, observamos as principais diferenças entre os dois circuitos e como o circuito subjacente o foco de nossa análise - usa variável de período. Ressaltamos que cada vez mais a teoria possibilita compreender a realidade da economia urbana, principalmente em um período caracterizado por processos de modernização acelerada levando ao desemprego crônico, obsolescência de informações, tecnologias de automação, concentração de ativos e excedentes, o que leva à pobreza estrutural (SILVEIRA, 2007).

Na realidade da economia urbana das cidades híbridas locais, entendemos que a dinâmica da cadeia a jusante muda devido às mudanças no período atual, mas também descobrimos que algumas variáveis mantêm suas características enquanto outras se

fundem. Nas cidades que mantêm a predominância de uma órbita menor em sua economia urbana (por exemplo, cidades híbridas locais), só se pode pensar na questão do círculo orbital com uma análise da divisão do trabalho entre as cidades, pois as cadeias são dialéticas. Nesse sentido, a razão das escalas intramunicipais e intermunicipais permite visualizar a dinâmica dos ciclos econômicos urbanos na produção urbana, que no caso dos locais - híbridos se expressa em um circuito inferior.

Assim, destacamos que o bairro baixo é produtivo no contexto das cidades híbridas locais e é responsável pela geração de emprego e renda que possibilitam a sobrevivência, mas oferece poucas condições para a geração de suas próprias riquezas e empregos no mercado consumidor, que continuam afetando a conservação da fase inicial das funções urbanísticas existentes naqueles locais. Esses fatores confirmam que o desemprego, os baixos salários e a pobreza são problemas ocultos nessas áreas.

Ao ser questionado sobre se trabalharia em algum setor do comércio, a maior parte dos entrevistados responderam que trabalharia no setor primário, porque é um setor que ainda é a principal fonte de renda da cidade e que tem muito ainda a se desenvolver em nossa região. Já no setor da indústria não tem desenvolvimento por aqui, principalmente, porque as autoridades não valorizam as indústrias que querem se territorializar. O setor de comércio também é bom, mas, as pessoas estão mais preocupadas em colocar os próprios familiares e não dão oportunidade as outras pessoas.

Quando questionado sobre se os setores da economia estão acompanhando o crescimento da população, a resposta foi a seguinte:

O setor primário ainda é o que mais favorece a sociedade taperense, porque muitas pessoas que moram na zona rural vivem disso e quando é dia de feira elas vem vender ou trocar os seus animais e seus produtos e isso é muito importante ainda para a cidade. Os outros setores parecem não estarem acompanhando a sociedade local e ainda não são uma fonte de renda sólida para as pessoas em geral daqui.

Outro questionamento feito foi o seguinte: Em sua opinião falta investimento do governo para impulsionar os setores da economia local?

Com certeza! Falta investimento por parte de todas as esferas do governo no sentido trazer mais indústrias para a cidade, ou mesmo investir naquilo que já é o ponto forte da gente, que é o setor primário, a agricultura e a criação de animais. Seria muito importante um olhar diferenciado para nossos pontos fortes e cuidado com os pontos que precisam melhorar para que Tapera venha a se desenvolver com as cidades vizinhas

Ao serem questionados sobre quais épocas do ano possui maior movimento da economia, os entrevistados responderam o seguinte:

A cidade possui sim datas nas quais existe uma maior movimentação de todos os setores, sobretudo, dos produtos de origem agrícola e da comercialização de animais. Sobre produtos e serviços, temos um aumento significativo também. As comemorações do padroeiro da cidade, bem como, as festas de setembro e a famosa exposição de animais: a expocabra, hoje conhecida como expotapera, evento no qual criadores de animais de vários lugares vizinhos vêm comercializar esses animais, e atualmente também está comercializando artesanato, o que traz uma grande movimentação para nossa cidade.

A pandemia por covid-19 pegou a todos de surpresa e prejudicou vários setores da atividade econômica global. Quando questionados sobre seus efeitos na cidade de São José da Tapera, a resposta foi a seguinte:

A pandemia foi extremamente prejudicial a todos os setores da economia, principalmente, porque foi necessário ficar em casa durante um longo período de tempo, de modo que tanto o comércio, quanto a indústria e a agricultura e a comercialização de animais foram atividades drasticamente reduzidas, ocasionando sérios prejuízos não somente em tapera, mas, no mundo inteiro. Algumas medidas foram tomadas a nível local, como ajuda financeira e a compra de alguns produtos da agricultura local para que esses produtores não tivessem muito mais prejuízos. Mesmo assim, foi um prejuízo incalculável durante esse período.

Diante deste cenário, em virtude do isolamento social, as micro e pequenas empresas acabam sendo as mais afetadas, visto que grande parte delas atua nos setores de comércio e serviço, além dos trabalhadores formais ou informais que estão incapacitados de exercer suas atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do circuito superior da economia urbana foi para Santos (2008), o qual existem dois sistemas de fluxos da economia urbana em países subdesenvolvidos, a maioria dos quais, devido às diferenças salariais, são trabalhadores ocasionais e vendem sua força de trabalho para sua sobrevivência, e de outro lado temos uma minoria, os bem remunerados que têm acesso a melhores serviços e modernização tecnológica. Isto cria uma divisão na sociedade entre aqueles que têm acesso a bens e serviços e outros que não podem satisfazer as suas respectivas necessidades. A análise da economia urbana de São José da Tapera/AL foi baseada no sistema de fluxos, como circulação superior e inferior, e discutiu a feira livre e sua importância, circuito inferior da economia.

As principais atividades econômicas desta comunidade são a pecuária e a pecuária leiteira, e agricultura familiar tradicional que se estende por toda Alagoas no interior do estado. Esse cenário continua convivendo com a pobreza urbana causada pelas secas regionais e, como resultado, agricultores que perdem suas colheitas ou produzem muito pouco e ficam à mercê de auxílios estatais como o Bolsa Família. Existe um programa, “Plano Safras” para as áreas rurais da freguesia de agricultores familiares, que visa abranger e socorrer os sertanejos cujas lavouras foram baixas.

Considerando essas informações sobre essa comunidade e sua feira livre, para iniciar a análise dos bairros da cidade de São José da Tapera, foram observados elementos na paisagem que indicavam a presença de um circuito superior na cidade. Certamente, imagens como a acima ajudarão nesse propósito. Embora São José da Tapera não possua em seu território comércio exportador ou indústria exportadora, possui um comércio organizado constituído por bancos, serviços modernos e comércio atacadista rudimentar, que tende a se desenvolver no futuro. No entanto, a atenção foi atraída pela vasta gama de transportes e serviços criados e pela satisfação das necessidades de reparação, manutenção e entrega de viaturas, que cresceram ano a ano na região. Dessa forma, foram criadas instituições especializadas nesses serviços.

São oficinas mecânicas de automóveis e motocicletas em vários pontos da cidade, incluindo a rodovia AL-220 que corta o bairro da cidade, em cuja periferia estão localizados esses serviços, também postos de gasolina da Petrobrás são encontrados. Podemos destacar o início da construção do segundo posto de gasolina da rede Petrobrás.

Situa-se no rés-do-chão na entrada da cidade, que dá acesso ao centro da cidade, é capaz de oferecer o dobro de serviços em relação aos postos do segmento de franquias.

A primeira característica notável do centro da cidade é o número de pessoas de outras localidades que ali se hospedam, provenientes dos municípios e áreas próximas. Temos uma intensa circulação de carros e passageiros de moradores da zona rural. Essas remessas consistem em caminhões e principalmente vans, substituindo gradativamente os conhecidos "Pau - de - Arara", Ford F-1000 Truck e Chevrolet "D20", que no início do século 21- eram muito comuns no transporte de passageiros do campo para as cidades. No passado, a substituição gradual por um transporte mais conveniente e eficiente era quase inevitável. Embora, picapes e caminhões ainda estejam em uso na área, esse uso é amplamente limitado a transportando cargas pesadas. Também é elevado o número de motocicletas nas ruas da cidade, que vem aumentando há cerca de cinco anos, tornando-se a “febre das motocicletas” (FIRMINO, 2016), no espaço urbano.

Uma pesquisa de campo (MOREIRA, 2008) revelou locais de transporte que vieram, por exemplo, em Antas, Pilões, Torrões, Lagoa da Cobra, Lagoa da Camisa, Cacimba do Barro, Passagem do Roque, Cacimbas e Macena, locais que fazem parte de São José da Tapera, mas também há serviços de transporte do Povoado Caboclo, além de muitos serviços de passageiros de outros municípios como Olho D'água das Flores/AL, Carneiros/AL, Piranhas/AL e Pão de Açúcar/AL, moradores que possuem fortes vínculos com sua área rural e principalmente outras áreas deslocam-se à Tapera em busca de seus serviços.

No entanto, o aumento do tráfego de automóveis levou à revendedores comerciais de peças e um serviço especializado em reparos mecânicos, esta última comercializa equipamentos e motocicletas da marca internacional Honda estabelecida no país. Assim, São José da Tapera possui empresas bancárias como Banco do Brasil, Lotéricas, Banco do Bradesco e "Credi amigo", Banco do Nordeste, que prestam serviços financeiros à população e estão ligados ao bairro alto da economia urbana. Isso também explica o grande número de pessoas, que participam das feiras da cidade e alimentam seu dinamismo. Isso é possível ao levar crédito aos residentes da área e outros locais por meio da rede bancária. Serviços e bens são comprados com crédito, que hoje está em cartões magnéticos e aplicativos bancários, e a presença de agências bancárias no local ajuda a receber as faturas das máquinas disponibilizadas pelos bancos.

Esse mesmo capital obtido permite maior dinamismo na economia de municípios, o que evita uma possível estagnação econômica. Para facilitar a obtenção de crédito, estabelecimentos comerciais como lojas e supermercados oferecem serviços modernos, ou seja, diferentes formas de pagamento, seja cartão, banco, crédito ou parcelado, diversificando as formas de compra e renovação de suas vendas. Devido à globalização, acesso mais rápido à informação em todas as instituições percebidas, operadoras de telefonia apresentaram diversas propostas e anúncios para pagar celulares ou vender diferentes "pacotes de Internet" com diferentes opções de acesso à rede global (Tim, Claro, Oi e Vivo), que fortalece o caráter empresarial moderno com melhor organização e adoção de tecnologia nas esferas superiores, cidades.

São José da Tapera/AL, porém, outra realidade socioeconômica se concretiza nas feiras livres da cidade, que se diferencia do moderno mercado de serviços, pois cumpre as funções de economia emergente, evidência de uma população de baixo poder aquisitivo, com pouca organização e recursos técnicos quase inexistentes. A menor circulação da economia urbana pode ser analisada através das feiras livres que existem em muitas cidades do Sertão de Alagoas, pois é presente no nordeste do Brasil.

Com o atual período tecnológico-científico-informacional e a chegada do auto globalização (SANTOS, 2001), alguns vendedores já utilizam tecnologias como máquinas de crédito, telefones celulares e balanças eletrônicas. No entanto, vale ressaltar que um estudo realizado em São José da Tapera identificou o uso de telefones celulares apenas como meio de comunicação entre corretores que entregam mercadorias e para comunicação com familiares. O uso de máquinas de crédito em feiras não foi controlado, como já pode atestar o uso de feiras de maior hierarquia em capitais regionais ou centros sub-regionais como Arapiraca e Delmiro Gouveia.

Os tipos de organização econômica de propriedades podem ser vistos através dos estudos realizados na área urbana. Portanto, é importante ressaltar que as atividades socioeconômicas que ocorrem no município de São José da Tapera/AL podem ser analisadas em dois circuitos, superior e inferior.

Conclui-se, portanto, que o circuito inferior expresso nas feiras livres de São José da Tapera/AL mantém muitas de suas características comuns e tradicionais. A feira livre é o sustento do sertanejo. É uma consolidação do espaço geográfico em uma realidade que representa um circuito inferior, assim como outros serviços e transações com maior

carga tecnológica e organizacional. O representa fielmente o circuito acima. Existe uma análise socioeconômica espacial da área urbana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Gabriel Amilton Bezerra. Os dois circuitos da economia urbana no arranjo produtivo de confecções em Nova Friburgo-RJ, Espaço e Economia [online], 22 | 2021, posto online no dia 15 janeiro 2022.

BRAGA, A.L.C.; VASCO, K.M.; SOUSA, T.; SAUER, V.A. a perspectiva de atuação do assistente social na defesa do acesso à Moradia e sua relação com o direito à cidade. Disponível em: <<http://cresspr.org.br/wp-content/uploads/arquivos/asocialdefesamoradia.pdf>>. Acesso em 18 de setembro de 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS Nº 207, de dezembro de 1998. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: MDS, 1998.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 9ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 05 jan. 2004.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 30 out. 2022.

BRASIL. Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade e Legislação Correlata. 2. ed., atual. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

BRASIL. Programa Nacional de Habitação curso de capacitação: trabalho social em programas de habitação de interesse social/ Ministério das cidades, Secretaria Nacional de Habitação-2 ed. Brasília: M cidades/ SNH; [Florianópolis.] NUTE/U.FSC, 2014.P336

BRUNO, Ana Paula. DESENVOLVIMENTO URBANO: O contexto de formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-urbano/SEINFRA_TCU_Desenvolvimento_Urbano_APB_final_para_publicacao_site_MDR.pdf. Acesso em nov. 2022.

CARDOSO, Adauto Lucio. Política habitacional no Brasil, balanço e perspectivas/d

CFESS. O estatuto social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate no judiciário, penitenciário e na previdência social. São Paulo: Cortez, 2003.

CICCOLELLA, Pablo. La ciudad mestiza: metrópoles latinoamericanas atrapadas entre la globalización y la inclusión social. In: Revista Tamoios, jul/dez, ano VI, n. 2, 2010.

FIRMINO, Paul Clívilan Santos. Arapiraca/AL e Itabaiana/SE: a feira livre como gênese e desenvolvimento de dois centros regionais do interior do Nordeste brasileiro. Universidade de São Paulo (USP). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/SBD).

CORREIA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana - uma nota sobre as pequenas cidades. In: Território Ano IV, nº6. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. p.43-53.

DADOS. Obras do PAC. Disponível em: <http://dados.gov.br/dataset/obras-do-pac-programa-de-aceleracao-do-crescimento>. Acesso em 29 de outubro de 2022.

DALLARI, Adilson Abreu; FERRAZ, Sérgio (Coord.). Estatuto da Cidade (Comentários à Lei Federal 10.257/2001. 3. Ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

DORATIOTO, Francisco. Espaços nacionais na América Latina: da utopia bolivariana à fragmentação. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FARIA, Caroline. O Estatuto das Cidades. Disponível em: http://www.infoescola.com/administracao/_estatuto-da-cidade/. Acesso em 31 out. 2022.

FELICIO, Bruna da Cunha; FOSCHINI, Regina Célia; SALVADOR, Nemésio Neves Batista. O Estatuto da Cidade e as funções social e ambiental da propriedade urbana. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIII, n. 82, nov 2010.

FELLET, João. Brasil avança no ranking do IDH, mas alta desigualdade persiste. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/11/111102_brasil_idh_jf.shtml. Acesso em 18 out. 2022.

GOVERNO FEDERAL. Política Nacional de Habitação. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.sst.sc.gov.br/>. Acesso em 10 out. 2022

HAESBAERT, R. Hibridismo, mobilidade e multiterritorialidade numa perspectiva geográfica-cultural integradora. In: SERPA A. (org). Espaços culturais: vivências, imaginações e representações. Salvador: EDUFBA, 2008.

IAMAMOTO e CARVALHO, Marilda Villela e Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos: ensaios sobre antropologia simétrica; tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

MARTIN, André Roberto. Fronteiras e Nações. 3 ed. São Paulo, Contexto, 1997.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Faixa de fronteira: Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF. Secretaria De Programas Regionais, 2009.

MONTENEGRO, Marina R. O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia. São Paulo, 2006. (Dissertação Mestrado em Geografia Humana).

MOREIRA, Edson Marques. Política econômica um olhar sobre a atual situação da política habitacional no Brasil. Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 21-32, 2013

OLIVEIRA FILHO, João Telmo de. O Estatuto da Cidade. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 347, 19 jun. 2004. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/5370>>. Acesso em: 28 out. 2022.

OLIVEIRA, E. Luis. Divisão do trabalho e circuitos da economia urbana em Londrina - PR Universidade de São Paulo, São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, 2009. (Tese Doutorado em Geografia Humana).

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. Estatuto da cidade: para compreender...Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

PÊGO, Bolivar (org). Fronteiras do Brasil: diagnóstico e agenda de pesquisa para política pública, volume 2. Brasília: Ipea: MI, 2017. 276 p.

ROMA, C. Marques. O rural, o urbano e o agrícola no movimento espiral do espaço: um híbrido. Faculdade de Ciência e Tecnologia, FCT - Unesp, Presidente Prudente, 2012. (Tese Doutorado em Geografia).

ROMA, C. Marques; VIEIRA, Alexandre B. A centralidade urbana: uma análise a partir de uma cidade pequena. In. Anais do VII Encontro Nacional da ANPEGE de. Estatuto: Niterói, 2007.

ROMA, Cláudia Marques. Circuito inferior da economia urbana e cidades locais-híbridas. Mercator (Fortaleza) [online]. 2016, v. 15, n. 02 [Acessado 2 dezembro 2022], pp. 23-36. Disponível em: <<https://doi.org/10.4215/RM2016.1502.0002>>. ISSN 1984-2201. <https://doi.org/10.4215/RM2016.1502.0002>.

SANTOS, Ana Cláudia Martins. Navegação e Limites: Peculiaridades de uma Província Fronteiriça. Clio – Revista De Pesquisa Histórica ISBN 0102-9487, 2012.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2006 [1996].

SANTOS, Milton. Espaço e Sociedade: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, Milton. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Trad. Myrna T.R. Viana. São Paulo: EDUSP, 2004 [1979]. 433 p.

SANTOS, Milton. Pobreza urbana São Paulo: HUCITEC, 1978.119p.

SENADO FEDERAL. O que é o estatuto? Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senado/Programas/EstatutodaCidade/oqueeo.htm>>. Acesso em 20 de nov. de 2022.

SILVA, Paulo Celso. A teoria dos dois circuitos da economia urbana e a mídia na contemporaneidade. Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF ISSN 1981- 4070

VERDÈS-LROUX, Jeannine. Trabalhador Social: prática, hábitos, ethos e formas de intervenção. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 1986.

VOITILLE, Nadine. O estatuto da cidade. Disponível em: <http://www.cliquearquitetura.com.br/artigo/o-estatuto-da-cidade.html>. Acesso em 10 nov. de 2022.

APÊNDICES

Questionário

1. Na sua opinião, qual setor da economia é predominante na sua cidade?

() Primário () Secundário () Terciário

2. Na sua opinião, o que dentro do setor primário, predomina na sua cidade?

() Agricultura () Criação de bovinos () Criação de Suínos () Criação de caprinos () outros

3. Na sua opinião, o que dentro do setor secundário, predomina na sua cidade?

() indústria () extrativismo () artesanato () outros

4. Na sua opinião, o que dentro do setor terciário, predomina na sua cidade?

() comércio ambulante () bancos () lojas () outros

5. Como você avalia o setor primário da economia local?

() bom () ruim () péssimo

6. Como você avalia o setor secundário da economia local?

() bom () ruim () péssimo

7. Como você avalia o setor terciário da economia local?

() bom () ruim () péssimo

8. Você trabalharia em algum setor do comércio? Se sim, Qual ? Se não, porque?

() sim , Qual ----- não () – Se não,
 porque -----

9. Na sua opinião, os setores da economia estão acompanhando o crescimento da população?

Sim () Não () Se não. Porque? -----
-

10. Na sua opinião falta investimento do governo para impulsionar os setores da economia local?

() sim () não

11. Na sua opinião qual setor precisa de maior investimento para se desenvolver?

Dizer qual ou quais -----

12. Na sua opinião quais ações do poder público ajudariam neste desenvolvimento?

13. Qual ou quais setores da economia são considerados indispensáveis para a cidade crescer?

Dizer quais -----

14. Na sua opinião qual épocas do ano possui maior movimento da economia?

Dizer quais -----

15. Na sua opinião o que pode ser feito para gerar empregos, movimentar o comércio e a economia local?

Dizer qual ou quais -----

16. A pandemia da Covid-19, impactou mais profundamente qual setor da economia?

Dizer qual ou quais -----

